

Conservadorismo e vanguardismo católico: A propósito do (re)lançar do movimento católico no último quartel de oitocentos

Eduardo C. Cordeiro Gonçalves
egoncalves@ismai.pt

1. A implantação da sociedade liberal entre nós está eivada desde muito cedo por clivagens e rupturas que matizam o emergir do Portugal contemporâneo, já pela guerra civil, já pela «formulação» do liberalismo, sucessivamente numa matriz vintista ou cartista. A seu modo, também o catolicismo português de oitocentos é caldeado nos contextos da época por fracturas internas que, numa observação englobante, estão intimamente relacionadas com o afrontar de «uma velha e uma nova ordem social»¹, ou seja, a ordem de Antigo Regime à ordem liberal.

Ora, tendo em conta que os campos políticos se vão «extremando pela questão religiosa»², o «tradicionalismo»³, que passa a configurar entre nós, no seguimento da «Vila-Francada», o designado «miguelismo»⁴, irá estribar-se na defesa da «legitimidade dinástico-política», bem como na rejeição de uma Constituição, no combate à Maçonaria e outrossim na defesa da religião.

Bebendo na diversidade da doutrinação filosófico-política contra-revolucionária de Barruel, Burk, Chateaubriand e outros, o legitimismo-miguelismo apresenta uma certa convergência ideológica com o ultramontanismo, cuja apologia do integrismo religioso assenta na concepção teocrática do poder. Afirma-se, deste modo, uma reacção polarizada contra o liberalismo na sua generalidade, e contra o constitucionalismo de um modo particular. A partir das clivagens inicialmente políticas entre absolutistas e liberais, em que os primeiros persistem no vínculo da questão dinástica à questão religiosa, afrontando ideias e valores que enformam a ordem constitucional, sedimenta-se, pois, uma concomitante fractura religiosa entre católicos legitimistas e católicos liberais.

¹ FERREIRA, António Matos, 2000 – *Liberalismo*, in AZEVEDO, Carlos M., direcção, «Dicionário de História Religiosa de Portugal», Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 3, p. 432.

² BONIFÁCIO, M. Fátima, 1999 – *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 303.

³ TORCAL, Luís Reis, 1973 – *Tradicionalismo e contra-revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

⁴ SILVA, Armando B. Malheiro da, 1993 – *Miguelismo: ideologia e mito*, Coimbra, Minerva.

Com efeito, as várias sensibilidades do catolicismo vão acentuando as suas posições, umas mantendo a referida intransigência face ao liberalismo, outras, porém, a montante do designado liberalismo católico, acabam plasmadas na tendência que tenta uma leitura do liberalismo «adequada com a doutrina cristã»¹. Tal é o caso da leitura que pode ser feita em José Feliciano de Castilho na sua tradução de Lammenais² ou em José Maria do Casal Ribeiro na brochura *O soldado e o povo*, vinda a lume na conjuntura de 1848³. Aliás, mesmo em sede de poder eclesial há uma «oscilação» entre comportamentos de resistências e de acatamento das instituições liberais.

2. Não perdendo de vista o anteriormente referido, a nossa proposta de reflexão sobre conservadorismo e vanguardismo católico inscreve-se no âmbito do (re)lançar do designado movimento católico em Portugal nos finais de Oitocentos⁴, nomeadamente no segmento da militância e simultâneo processo organizativo dos católicos nesta espessura temporal. Por conseguinte, sob o signo do pensamento do grupo portuense constituído em torno do jornal católico *A Palavra*, é então ampliada aquela via de pensamento e de acção equidistante quer do liberalismo católico, quer do catolicismo legitimista. Pondo a tónica na relação entre ser-se católico e ser-se cidadão, os paladinos do movimento intensificam a sua argumentação face aos debates centrais em que se envolveram as diferentes sensibilidades católicas que, repito, face às grandes questões postas pelo liberalismo, se revelaram diversas.

¹ FERREIRA, A. Matos, 2000: 432. A este propósito, ver ainda FERREIRA, A. M., 1985 – *A Igreja na monarquia constitucional: o comportamento da Igreja em face da liquidação do Antigo Regime*, in MEDINA, João, direcção. «História Contemporânea de Portugal: Monarquia Constitucional: das origens do liberalismo à queda da realeza», Lisboa, Amigos do Livro Editores, tomo 1, p. 273-292.

² SÁ, Victor de, 1969 – *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Seara Nova, p. 153-162.

³ Sobre a conjuntura, veja-se RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1990 – *Portugal e a revolução de 1848*, Coimbra, Livraria Minerva.

⁴ GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2004 – *Católicos e política (1870-1910): o pensamento e a acção do conde de Samodães*, Maia, Publismai.

Todavia, tal como acontecera na década de 1840, em que a imprensa legitimista, especialmente *O Portugal Velho*, urdira uma campanha de reprovação à primeira tentativa de criação de um movimento católico autónomo corporizado na efémera Sociedade Católica¹ e nos seus objectivos já «puramente religioso»², na década de 1870, em virtude da dinâmica imprimida ao desabrochar do movimento católico por figuras como as do conde de Samodães, visconde de Azevedo, Roberto Woodhouse, D. António de Almeida e outros, vão reverdescer resistências a este grupo de católicos que intentam (re)abrir um «espaço próprio na questão político-religiosa oitocentista entre nós»³. Por conseguinte, O movimento católico agora (re)lançado pretendia prosseguir uma acção tendente a unir os esforços dos católicos, independentemente das suas opções eclesiais e político-partidárias. Deste modo, a progressiva clarificação de posições por parte dos católicos ditos constitucionais, visível quer no discurso conciliador entre catolicismo e liberalismo político⁴, quer no reforço da estruturação do militantismo do movimento católico

¹ Sobre esta organização e as tentativas que esboçou, então, de dinamização de um movimento católico, veja-se CLEMENTE, Manuel, 1993 – *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal: A Sociedade Católica (1843-1853)*, Braga, Universidade Católica Portuguesa.

² CLEMENTE, 1993: 40.

³ CLEMENTE, Manuel, 2002 – *Igreja e sociedade portuguesa do liberalismo à república*, Lisboa, Grifos Editores e Livreiros, p. 355.

⁴ Um dos exemplos modelares da defesa desta ideia é o caso de Francisco de Azeredo Teixeira de Aguiar, 2.º conde de Samodães. Sobre o assunto, veja-se GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2004 – *O conde de Samodães e o discurso conciliador entre catolicismo e liberalismo político*, «Lusitana Sacra», Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2.ª Série, n.º 16, p. 87-109.

com vista à prossecução daquele fim, os casos da fundação da Associação Católica do Porto, em 1870¹, do jornal *A Palavra*, em 1872², bem como as posições assumidas face à proposta de organização de um partido católico, em 1878³, tornam aquele grupo o principal alvo dos anátemas lançados pela ofensiva do tradicionalismo legitimista.

Embora os legitimistas estabeleçam, então, uma série de condenações àqueles católicos assumidamente constitucionais, cujo ponto de convergência era o dilema de «ou católico ou liberal», acusações prontamente rebatidas por estes últimos numa perspectiva tendente a evitar que o problema fosse colocado naqueles termos, tais ataques não passavam de um sofisma com vista à disputa da hegemonia pela liderança do próprio movimento católico. Este desiderato é visível, por exemplo, na organização do Congresso Católico de Lisboa, em 1882, e na concomitante fundação da sua Associação Católica, bem como no lançamento da efémera União Católica Portuguesa, iniciativas lideradas por legitimistas ligados ao jornal *A Nação*. De resto, nem mesmo o padre Senna Freitas, legitimista convicto e grande divulgador da União Católica Portuguesa, foi poupado às críticas daquele título, de não ser «nem legitimista nem liberal»⁴, ou seja, mais um dos «católicos palradores», considera *A Nação*, e adianta: «aqueles que accendem uma vela a S. Miguel e outra à peanha do archanjo, que não querem estar de mal com Deus nem com o diabo, que aceitam o *Syllabus* e favorecem a imprensa anti-catholica, política declaradamente hostil à Egreja [...] catholicos amphybios que não são peixe nem carne[...]»⁵.

¹ GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 1997 – *A Associação Católica do Porto há 125 anos: contributo para a sua história*, Porto, A.C.P.

² POLICARPO, João Francisco de A., 1992 – *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*, Lisboa, INIC.

³ GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro, 2001 – *Projecto de programa para a organização do Partido Católico: um debate no último quartel do século XIX*, in RAMOS, Luís A. de Oliveira, «Estudos de homenagem a João Francisco Marques», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁴ CRUZ, Manuel Braga da, 1980 – *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença, p. 93-94. (5) ANÓNIMO, 1885 – *Casos de consciência a propósito da União Catholica por um esturrado*, 2.^a ed. Coimbra, J. J. Reis Leitão, p. 15.

⁵ ANÓNIMO, 1885 – *Casos de consciência a propósito da União Catholica por um esturrado*, 2.^a ed. Coimbra, J. J. Reis Leitão, p. 15.

3. Sopesadas as experiências fracturantes do catolicismo em Portugal das primeiras décadas do regime liberal, no decurso dos anos de 1870 e 1880 os católicos constitucionais vão considerar objectivo nodal do seu pensamento a sedimentação das posições assumidas sobre o princípio de separação da esfera da acção da Igreja da do Estado. Numa panorâmica diacrónica em vista de marcos factuais do percurso deste grupo de católicos, verifica-se coerência a expor ou refutar os princípios dos «sistemas de separação ou de inclusão» daquelas duas sociedades. Demais, consideram que devem coexistir legitimamente em esferas de actividade diversa, rejeitando simultaneamente a absorção de uma pela outra ou a sua separação absoluta.

Insuflados dos ensinamentos de Montalembert, especialmente no respeitante à defesa da aliança da Igreja com as liberdades públicas¹, a postura vanguardista dos católicos constitucionais, tal o caso paradigmático do seu líder, o já referido conde de Samodães, acentua e sistematiza o processo de conciliação entre fé e cidadania, tendo em vista a articulação do catolicismo com a inevitável assunção de responsabilidades na vida pública, nomeadamente na política². Mas quem era o conde de Samodães? À guisa de parênteses seja-nos, pois, permitido esquadriñar breves nótulas biográficas deste expoente do catolicismo oitocentista.

Nascido no policromo cenário da Quinta de Cambade, na freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia, a 16 de Julho de 1828, Francisco de Azeredo Teixeira de Aguililar, mais tarde titulado 2.^o conde de Samodães, era filho do general Francisco de Paula de Azeredo, um «liberal em evidência», como refere A. Ferreira Pinto³, tendo, assim, as suas raízes familiares no Douro e a vivência intimamente ligada ao Porto. Formado em Matemática e em Engenharia civil e militar, desenvolveu intensa carreira na política activa, entre 1852 e 1870, nomeadamente como deputado por Lamego ao longo da década de 1850, par do reino a partir de 1858, vice-presidente da Câmara Municipal e governador civil do Porto, isto além de uma passagem, em 1868-1869, pelo ministério reformista de Sá da Bandeira e de D. António Alves Martins, bispo de Viseu. Já as décadas de 1870 e 1880 fazem de Samodães um dos mais conceituados escritores e jornalistas católicos do seu tempo.

¹ MONTALEMBERT, 1863 – *L'Église libre dans l'État libre: discours prononcés au Congrès Catholique Française*, Paris, CH Douniol.

² CLEMENTE, Manuel e FERREIRA, A. Matos, 200 – *Religião e secularização*, in AZEVEDO, Carlos, «História religiosa de Portugal», Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 3, p. 122.

³ PINTO, A. Ferreira – *Conde de Samodães*. «Boletim Cultural da Câmara do Porto», Porto, 5 fasc. 1, Março 1942, p. 5-35.

Principal corifeu do movimento católico desde o início da década de 1870, quando se retirou da vida política activa, no dealbar dos anos de 1890 vai dedicar o melhor do seu esforço na dinamização do movimento social católico, embora entre 1903 e 1910 se envolva no lançamento do Partido Nacionalista. Entre 1909 e 1910, vemo-lo regressar em força às lides do jornalismo, dirigindo *A Palavra*, altura em que se envolve também nalguns dos mais acesos debates político-sociais que antecederam a República. Arredado, todavia, das fracturas que minaram o nacionalismo católico, refere-se-lhe assim o célebre causídico Abúndio da Silva: «Essa figura veneranda não é só [...] o presidente de honra do movimento católico português; é o seu padroeiro»¹.

Posto isto, atente-se, pois, num dos seus mais marcantes opúsculos, *A liberdade da Igreja em Portugal*², dado ao prelo em 1880, onde Samodães resume a militância confessional do grupo de católicos que liderava, chegando mesmo a identificar-se com um dos expoentes do nosso liberalismo, escrevendo: «A minha dedicação para com o episcopado é mais lata, amplia-se a todo o clero, cuja causa me comprazo em ter defendido toda a minha vida como defendido tenho a religião catholica, apostólica, romana, pelo modo que tenho sabido e podido, imitando n'isto, e mal (por mais não poder) o visconde d'Almeida Garrett, que um dia me deu esse conselho em 1854 [...] Por inúmeras vezes tenho afirmado de que 'pode existir' perfeitamente harmonia entre religião catholica e a liberdade»³.

¹ SILVA, Abúndio da, 1908 – *O conde d Samodães*, «A Palavra», Porto, ano 37.º, n.º 30, p.1.

² AGUILAR, Francisco de Azeredo Teixeira de, 1880 – *A liberdade da Igreja em Portugal*, Porto, Livraria Malheiro.

³ AGUILAR, 1880: 35-38.

Numa tentativa de coabitação e respeito pelas instituições, os católicos constitucionais, ou autodesignados «católicos puros»¹, não deixam de ser «catholicos convictos e como tal reconhecidos pelas autoridades eclesiásticas nacionais e romanas»². Aliás, o cerne do discurso conciliador entre catolicismo e liberalismo assenta, justamente, na defesa do «aproveitamento», pelos cristãos, das «liberdades modernas», ou seja, a liberdade de imprensa, de associação, de reunião, de consciência, de cultos, associando a esta última a questão da liberdade da Igreja Católica³.

Em suma, esta franja vanguardista do nosso catolicismo assume-se acérrima defensora da atenuação dos direitos do Estado confessional sobre a Igreja que, em nome de um certo proteccionismo, acabava, na prática, por sustentar um sistema jurídico-religioso caracterizado por uma «excessiva ou abusiva» intromissão do poder civil em assuntos especificamente religiosos. É, pois, contra o que consideravam uma acentuada «asfixia regalista» que vão pugnar, questionando com firmeza o «condicionamento» da vida católica a um Estado confessional. E, deste modo, enquanto se demarcam da contestação do beneplácito absoluto, assinalam o seu natural distanciamento das posições regalistas do liberalismo.

¹ SAMODÃES, Conde de, 1884 – *Os Thugs*, Porto, Typ. da «Palavra», p. 46.

² CLEMENTE, Manuel, 2000 – *A vitalidade religiosa do catolicismo português: do liberalismo à república*, in AZEVEDO, C., «História Religiosa de Portugal», Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 3, p. 110.

³ AGUILAR, Francisco A. T., 1873 – *Introdução*, in «Encyclopédia Romana», Porto, Typ. da «Palavra».

4. Ora, pese embora a persistência das referidas fracturas no seio do catolicismo português, umas pautadas pela total rejeição do liberalismo, outras, como o fizeram os católicos constitucionais, agindo no sentido da compatibilização da doutrina cristã com esse mesmo liberalismo, o orbe católico mantém, todavia, um elo de união em torno do Papa. Vendo no pontífice não um obstáculo mas uma grande vantagem para o catolicismo, como confirmador da fé e garante da unidade, aqueles últimos podem ser considerados um paradigma do «duplo acatamento»¹ da autoridade papal e do poder liberal. Liberais e constitucionais quanto ao regime político, são absolutamente católicos e romanos quanto à religião.

Assim, a par de um liberalismo católico para quem a Igreja católica apostólica romana continua a constituir uma referência e o «suporte moral da nação», embora eivado de nítida eclesiologia cismontana e de um carácter de religião cívica, afirma-se um catolicismo liberal que, observando os «princípios pontifícios mas destacando o *ethos* nacional», refez na questão política e social o seu modo de agir.

Esta nova forma de ser católico está, pois, em estreita ligação com a orientação papal de revitalização da fé religiosa, cujo projecto de recatolização do mundo católico perpassava pela «unidade dos católicos» pelo «movimento social católico» e outrossim pela «renovação espiritual». Sendo esta última contida na expressão coeva «as três rosas dos escolhidos», aí se resumem as seguintes recomendações de Leão XIII: o culto eucarístico, a devoção mariana e a veneração ao Papa.

Considerado pela corrente de influência galicana como um «reforço da autoridade» do Papa no interior da Igreja, tentando de certo modo compensar a limitação do seu poder sobre a sociedade profana, as repercussões políticas da declaração da infalibilidade pontifícia vão gerar, entre nós, um processo larvar de suspicácia contra o que os autores daquela influência consideravam de «neocatolicismo». Tendo Portugal adoptado a religião católica como religião oficial do Estado, com a disposição constante no artigo 6.º da Carta de 1826, a exemplo do que tinha já acontecido com a Constituição de 1822, levantam-se vozes críticas, tal a de Alexandre Herculano, considerando que o catolicismo tinha, então, sofrido uma profunda mutação com a introdução dos novos dogmas e se operara, assim, uma verdadeira «revolução na Igreja Católica».

¹ Expressão usada por FERREIRA, A. Matos, 2000 – *Liberalismo*, in AZEVEDO, «Dicionário de História Religiosa de Portugal», Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 4, p. 433.

Porém, esta distinção entre «velhos» e «novos» católicos é firmemente repudiada pelo grupo liderado pelo conde de Samodães. Respondendo à questão levantada por Herculano quanto aos dogmas do «imaculatismo» e do «infalibilismo» terem contribuído para transformar a religião católica, ao tempo da Carta, numa religião diversa da de 1871, Samodães recupera a argumentação usada pelo visconde de Azevedo aquando da polémica que este alimentou com *A contra resposta dada ao Velho Liberal*, onde identifica aquela opinião como sendo dos «velhos católicos», contestando o argumento do dogma da infalibilidade pontifícia ser um dogma novo, mas sim a sua nova formulação, «sem constituir revelação nova». Aliás, em resposta directa às acusações de Herculano sobre o dito «novo catolicismo», na esteira de Montalembert e Dupanloup, Samodães afirma uma interpretação conciliadora do liberalismo com o catolicismo. A este propósito, salienta ainda: «vamos mais com a Carta do que vós, [referindo Herculano]. Como católicos somos também cartistas, porque a Carta não só quer, mas prescreve, impõe, força a seguir a religião catholica romana. Estamos com a Carta e suas liberdades, estamos com o Código Penal e ao abrigo das suas disposições, estamos com todas as leis do paiz»¹.

¹ SAMODÃES – *Solemnia Verba*, «A Palavra», Porto, ano 1.º, n.º 284 de 12 de Julho de 1873, p. 1.



5. Só nos anos de 1890, com a doutrina leonina do *ralliement*, cujos princípios enunciam a contingência das formas de governo e a clara separação do regime político da legislação, vamos assistir entre nós ao fim do designado «contencioso» com os governos liberais e a um rápido estiolar de um legitimismo católico. É nesta circunstância que se lança o Centro Católico Parlamentar pelo qual faz campanha o *Correio Nacional*, título próximo do episcopado. Apesar de vozes dissonantes, pretendia-se com esta estrutura «suprapartidária» e «interpartidária» aglutinar no Parlamento personalidades com o fim de pugnarem, na esfera legislativa de política religiosa, pelos direitos e liberdades na Igreja. Todavia, face ao fracasso do Centro e ao desaire eleitoral de algumas candidaturas católicas do Norte, em 1895, a ideia de união dos católicos tende cada vez mais para a necessidade de se encetar um amplo movimento social. Isso fica claramente patente no Congresso Católico Internacional de Lisboa daquele mesmo ano. Progressivamente as questões sociais acabam por suplantam as preocupações dos católicos face ao racionalismo e liberalismo burguês, transformando a «sociedade civil» no terreno privilegiado de intervenção e postergando para segundo plano o da intervenção a nível da «sociedade política». Criticando, por um lado, o individualismo racionalista e, por outro, condenando o socialismo e o comunismo, propõem a valorização de corpos sociais intermédios e a organização corporativa da actividade económica. A partir destes e outros pressupostos, o movimento católico irá dar lugar, já no dealbar do século XX, à estruturação de um amplo movimento social católico de matriz reformista e interclassista, cujo âmbito extravasa já o temário ora proposto.



A actividade contra-revolucionária no período do liberalismo: a correspondência do Dr. José da Silva Torres, secretário de D. Miguel em Alemanha (1851-1853)

João Francisco Marques
Coordenador do Seminário de História da Universidade de Coimbra